#### 20 DE SETEMBRO DE 2023 37ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: ANDRÉ DO PRADO

### **RESUMO**

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Abre a sessão. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 652/21, salvo emenda. Coloca em votação e declara rejeitada a emenda ao PL 652/21. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados, separadamente, o PL 431/23, o PL 512/23 e o PL 1015/23.

2 - GILMACI SANTOS Para comunicação, faz pronunciamento.

3 - DANI ALONSO

Para comunicação, faz pronunciamento. 4 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Parabeniza os deputados pela aprovação dos projetos. Reitera compromisso de aprovar projetos de todos os 94 deputados neste ano. Encerra a sessão.

Abre a sessão o Sr. André do Prado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior. Ordem do Dia.

- Passa-se à

# ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Discussão e votação do Projeto de lei nº 652, de 2021, de autoria dos nobres deputados Gilmaci Santos e Heni Ozi Cukier.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto, salvo emenda. As Sras. e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação a emenda com pareceres contrários. As Sras, e os Srs. Deputados que forem contrários, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitada.

Item 2 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 431, de 2023, de autoria do deputado Dirceu Dalben. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto. As Sras. e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o item nº 2

Item 3 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 512, de 2023, de autoria do deputado Alex de Madureira. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto. As Sras. e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permanecam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o item nº 3.

Item 4 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 1.015, de 2023, de autoria da deputada Dani Alonso. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto. As Sras. e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Gilmaci Santos

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presidente, para

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Tem dois minutos.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - PARA COMU-NICACÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, apenas para agradecer mais uma vez aqui a votação desse projeto de lei de autoria deste deputado e do ex-deputado, sempre deputado, Heni Ozi Cukier.

É um projeto que realmente a gente entende da necessidade que tínhamos em relação a esse tema tão importante para o nosso Estado, para o nosso País.

Então eu quero aqui agradecer aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas por aprovar esse projeto. Muito obrigado, e que os senhores possam sempre estar contando com a gente aqui neste Parlamento.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Obrigado, deputado Gilmaci Santos

A SRA. DANI ALONSO - PL - Pela ordem, presidente. O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem,

deputada Dani Alonso. A SRA. DANI ALONSO - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, gostaria de agradecer em nome desta Casa, agradecer o empenho de todos os líderes pela aprovação do projeto 1.015, de 2023, de minha autoria, meu primeiro projeto a ser

aprovado, que atesta o laudo médico de portadores de diabetes mellitus tipo 1, com prazo de validade indeterminado. Esse projeto, assim que for sancionado, se Deus quiser, pelo nosso governador, tenho certeza que vai transformar a vida dessas pessoas, eliminando processos burocráticos, eliminando as dificuldades que essas pessoas têm em acessar essa renovação

constante deste documento. Então, eu quero agradecer a todos.

Tenho certeza que vai transformar a vida de muitas pessoas. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Parabéns, deputada Dani Alonso. Parabéns a todos os Srs. Deputados tiveram seus projetos aprovados, e com isso esta Casa juntamente, com os demais líderes, deputados, temos cumprido nosso compromisso, que é votar o máximo de projetos possíveis das Sras. e Srs. Deputados.

Hoje aprovamos mais quatro. Semana que vem esperamos aprovar mais urgências, fazer congressos de comissões, até que possamos aprovar os 94 projetos das Sras. e Srs. Deputados, para engrandecer esta Casa com temas tão importantes como foram aprovados hoje esses quatro projetos, destacando aqui o da deputada Dani Alonso e do deputado Gilmaci, que tenho certeza que são projetos que vão realmente melhorar a vida do nosso cidadão do estado de São Paulo.

Esgotado o objeto, então, da nossa sessão, está encerrada a nossa sessão.

Obrigado a todos.

- Encerra-se a sessão às 16 horas e 58 minutos.

## 21 DE SETEMBRO DE 2023 106° SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI e REIS

# **RESUMO**

PEOUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI Tece comentários acerca da Reforma Previdenciária.

Assume a Presidência.

5 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento. 6 - EDIANE MARIA

Por inscrição, faz pronunciamento. 7 - MAJOR MECCA

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - CARLOS GIANNAZI Para comunicação, faz pronunciamento.

9 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento. 10 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Por inscrição, faz pronunciamento. 11 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

12 - PRESIDENTE REIS Tece considerações sobre o pronunciamento do deputado

Conte Lopes. 13 - MAJOR MECCA

Para comunicação, faz pronunciamento. 14 - CAPITÃO TELHADA

Por inscrição, faz pronunciamento. GRANDE EXPEDIENTE

15 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

16 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento. 17 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

18 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento. 19 - REIS

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças. 20 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Defere o pedido. Endossa o pronunciamento do deputado Reis. Reitera solicitação à Secretaria de Educação acerca da elaboração de protejo referente às atividades pedagógicas diversificadas. Manifesta apoio à greve dos professores da USP. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 22/09, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

- Passa-se ao

#### PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente

Dando início à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.)

Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputada Fabiana Barroso. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Com a palavra o deputado Reis, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. REIS - PT - Já estou a postos, Sr. Presidente. Quero cumprimentar o presidente Carlos Giannazi, o público presente, os funcionários desta Casa, os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Penal, da Polícia Técnico-Científica e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela Rede Alesp.

Sr. Presidente, esteve ontem aqui o secretário de Governo, Gilberto Kassab, e ele recebeu desta Casa o Colar de Mérito Legislativo, de mérito parlamentar. Fiquei muito satisfeito com a fala do deputado Barros Munhoz.

O deputado Barros Munhoz citou uma fala do então presidente constituinte Ulysses Guimarães, em que alguém reclamou do Congresso e ele respondeu: "Quer ver um Congresso pior? Espere o próximo"

O deputado Barros Munhoz reconheceu e, muito, que esta legislatura melhorou bastante em relação à anterior. Ele disse que esta legislatura tem luta, tem discussão e tem respeito

Eu fiquei muito satisfeito, porque faço parte desta legislatura, de saber que esta nossa está bem mais eficiente, mais produtiva, mais combativa do que a anterior.

Eu não poderia deixar de registrar que fiquei muito feliz com o reconhecimento dos deputados que já estavam aqui anteriormente à minha chegada e à de outros pares meus. Me orgulha muito fazer parte desta legislatura.

E quero falar, Sr. Presidente, do PL 61, que é o PL que aprovamos há duas semanas nesta Casa. É um projeto de lei de minha autoria que trata da possibilidade de o policial civil e outros funcionários se aposentarem no cargo em que estiverem. Já fui conversar com praticamente todo mundo do governo; só não conversei ainda com o governador, porque não tenho o contato e não consegui falar com ele sobre essa tão importante propositura que merece a sua sanção. E eu já falei com o secretário Caio; falei com o secretário Kassab; falei com o secretário Sultani; e com o secretário Arthur, da Casa Civil

Eu procurei todos aqueles que podem ajudar na decisão. Falei com o secretário Derrite. Quero reconhecer o esforço do secretário Derrite para convencer o governo na sanção desse projeto, porque o secretário da Casa Civil me avisou que o projeto seria vetado, mais por conta de que a Fazenda deu o

Ou seja, a equipe do Paulo Guedes que toma conta da Secretaria da Fazenda aqui de São Paulo, já tinha o posicionamento contrário. Mas eu quero reforçar e pedir para o governador para que faça a sanção desse projeto, porque ele ainda não foi vetado. E ontem eu conversei bastante com secretário Gilberto Kassab, porque não tem cabimento o servidor conquistar a sua promoção.

Se ele conquistou a sua promoção na escala vertical, ele mudou de classe, não tem cabimento voltar para a classe anterior. Tanto é sem cabimento, que os servidores estão ganhando ações na Justica.

A Justiça está dando ganho de causa para os policiais civis que vão à Justiça, que se aposentam e o governo o retorna à classe anterior, porque não contava com cinco anos na classe.

Uma injustiça que foi praticada pelo governo João Doria e se esse projeto não for sancionado, continuará como uma injustiça praticada pelo governo Tarcísio de Freitas.

Então eu clamo para que o governo reconheça, sim, o direito do policial civil se aposentar no cargo em que ele se encontrar, na classe em que ele se encontrar.

Essa foi uma distorção que o governo João Agripino Doria praticou, acrescentando classe ou nível. Uma distorção com relação à reforma previdenciária, com relação à Emenda Constitucional nº 103. Ou seja, se depois de 25 anos na carreira o servidor chegou

à primeira classe - porque ele leva praticamente 25 anos para chegar na primeira classe, é uma conquista -, não tem cabimento que ele volte para a segunda classe quando ele pede aposentadoria. Ele conquistou.

E outra coisa, o governo já está pagando como se ele estivesse ali na primeira classe ou na classe especial. Não há impacto financeiro porque ele já recebe.

O que há é que quando ele volta para a classe anterior, o Estado está se locupletando, o Estado está se apropriando de um direito que o servidor levou anos trabalhando para conseguir, Sr. Presidente

Então é cobrado do governo Tarcísio que ele não dê continuidade à política predatória do governo anterior, a política predatória do João Agripino Doria e que ele sancione o PLC 61.

O SR PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Todo o nosso apoio ao seu projeto, deputado Reis. Projeto importante que tenta consertar, diminuir as perdas impostas aos servidores públicos do estado de São Paulo com as duas últimas reformas previdenciárias que ocorreram: a do Bolsonaro, em 2019, e a do Doria aqui, em São Paulo, em 2020, que impuseram grandes perdas previdenciárias, sobretudo dificultando ainda mais o acesso dos servidores e servidoras à aposentadoria e promovendo inclusive o confisco das aposentadorias e pensões.

Todo nosso apoio ao seu projeto e que o Tarcísio faça a sanção imediata desse importante projeto que nós aprovamos aqui neste plenário.

Passo a palavra então para que V. Exa. continue dando sequência aqui ao Pequeno Expediente.

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Assumindo aqui a Presidência, passo à lista dos oradores inscritos no Pequeno Expediente. O próximo orador é o deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Deputada Marta Costa, (Pausa), Deputado Lucas Boye, (Pausa, Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputada Leci Brandão (Pausa.) Deputada Ana Perugini. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputada Ediane Maria. (Pausa.)

Deputado Alex Madureira. (Pausa.) Deputado Atila Jacomussi, (Pausa.) Deputado Donato, (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputada Andréa Werner. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Vitão do Cachorrão. (Pausa.) Deputada Beth Sahão. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente, deputado Reis, deputada Ediane, ontem a cidade de São Paulo teve uma vitória importante contra o barulho, contra o ruído, porque o Tribunal de Justiça do nosso Estado tomou uma decisão importante e definitiva em relação a uma ação que foi de iniciativa do nosso vereador Celso Giannazi na Câmara Municipal, que promoveu uma Adin ao TJ questionando, pedindo a anulação de uma parte de uma lei que foi aprovada na Câmara Municipal.

Na verdade, foi um submarino, um apêndice de uma lei um penduricalho que foi apresentado de última hora, o famoso jabuti que a prefeitura apresentou para beneficiar os grandes grupos econômicos que promovem espetáculos barulhentos na cidade de São Paulo, aumentando os decibéis, de 55 para 75.

Seria um verdadeiro absurdo, a lei foi aprovada, logicamente a nossa hancada do PSOL votou contra na Câmara Municipal, o vereador Celso Giannazi também, mas em seguida o projeto foi aprovado e sancionado pelo Ricardo Nunes, o prefeito da cidade de São Paulo.

O vereador Celso Giannazi acionou o TJ através de uma Adin pelo PSOL e o julgamento foi vitorioso, agora não cabe nem recurso mais ao prefeito. Foi uma vitória importante em que foi revogado pela Justiça esse artigo que, na prática, iria aumentar ainda mais a poluição sonora da cidade de São Paulo, o barulho, o ruído não só na região do estádio do Palmeiras, porque foi uma encomenda, na verdade, para a realização de shows e o aumento do volume, que tem incomodado bastante a população, os moradores da região, mas essa lei iria prejudicar toda a população da cidade de São Paulo.

Então foi uma vitória importante, a vitória da luta contra a poluição sonora, também uma vitória da luta em defesa do bem-estar e da saúde da população, sobretudo a saúde mental porque a cidade não aguenta mais tanto barulho, Sr. Presidente.

A Lei do Psiu quase não funciona na cidade, não tem fisca lização, temos em várias regiões pessoas que não dormem mais por conta do barulho, não há fiscalização, não há limitação do som e o prefeito, em vez de melhorar isso, aumentando a fis calização e encaminhando projetos de lei à Câmara Municipal no sentido de combater essa poluição sonora na cidade de São Paulo, ele faz o inverso, para beneficiar grupos econômicos da cidade de São Paulo.

Ele aprovou - porque tem maioria na Câmara Municipal esse projeto. Colocou um jabuti em um projeto de lei que não tinha nada a ver com essa questão do barulho e, infelizmente, o projeto foi aprovado.

Mas o vereador Celso Giannazi agiu imediatamente após a sanção da lei e vencemos essa batalha na cidade de São Paulo, não vai ter o aumento do barulho, uma vitória importante. O TJ. o Tribunal de Justiça, através de seus desembargadores, tomou a decisão correta, porque o prefeito não pode tudo, Sr. Presiden te. Um absurdo o que o prefeito Ricardo Nunes vem fazendo na cidade de São Paulo.

Depois eu quero entrar na questão da Sabesp, ele rifou a população do nosso Estado. Não vai dar tempo nesse meu primeiro pronunciamento, mas eu quero voltar a esse tema, ele, na verdade, entregou a autorização para o Tarcísio de Freitas privatizar a Sabesp, quando ele assinou a entrada da prefeitura na Unidade Regional de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgoto, uma dessas unidades regionais, são quatro unidades. Ao entrar, ele abre mão da independência e da autonomia da cidade de São Paulo, autorizando, Sr. Presidente, a privatização mas depois eu volto nesse tema.

Eu quero me ater aqui, agora, porque está acabando o meu pronunciamento, nessa questão do barulho. Uma vitória importante da cidade de São Paulo, reafirmo aqui, contra a poluição sonora, contra o barulho. Uma vitória em defesa da saúde mental da nossa população e do bem-estar.

Parabenizo aqui o mandato do vereador Celso Giannazi, ue teve a iniciativa de produzir essa Adin, através da advoga da Beatriz Blanco, Sr. Presidente. Foi uma vitória importante e uma derrota para o prefeito.

Porque o prefeito não é o imperador da cidade de São Paulo, ele não pode impor uma lei como essa, que aumenta o barulho em uma cidade já barulhenta, onde as pessoas não conseguem mais ter paz de espírito, não conseguem mais dormir na cidade de São Paulo. É um absurdo, Sr. Presidente, mas fomos vitoriosos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem, deputado

Carlos Giannazi. Seguindo a lista de oradores, deputado Eduardo Suplicy. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez, (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputada Solange Freitas. (Pausa.) Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.)

Entrando na Lista Suplementar, deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputada Beth Sahão. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputada Ediane Maria

A SRA. FDIANE MARIA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR Boa tarde, Sr. Presidente, muito obrigada. Boa tarde a todos os deputados, todas as deputadas presentes, boa tarde a todos os servidores desta Casa, boa tarde a todos que estão acompa nhando aqui essas galerias e boa tarde a todos que vão estar acompanhando de suas casas, pela TV Alesp.

Eu não ia fazer fala hoje, até fiquei pensando, falei que não ia fazer minha fala, mas eu lembrei de uma coisa que eu acho superimportante. Porque hoje começaram a ser sancionados, ou vetados, alguns projetos de lei encaminhados por esta Casa, que passaram pelas comissões, passaram pelo plenário, tiveram seus autógrafos e que agora se encontram no Palácio dos Bandeirantes.

Então é muito importante enfatizar que nós já estamos com o nosso PL, que é o PL 584, que é o PL da Casa da Doméstica. Mas que PL é esse, não é? Porque as pessoas têm muitas dúvidas, sabe, deputado Mecca, o pessoal tem dúvida, o que é que é essa Casa da Doméstica? Vai ser uma casa de acolhimento que vai receber as mulheres?

Olha, ao longo do nosso trabalho, ao longo da nossa vida útil, a gente é a maioria que ocupa o morro - somos a grande majoria massiva - que morremos sem ter direito a aposentadoria.

Tem vários trabalhos - assim como está especificado aqui no nosso PL - porque tem várias secretarias, várias secretarias que nós podemos procurar, porque têm investimento e fazem parte também dos PATs, Postos de Atendimento ao Trabalhador. Quais são as secretarias que já foram procuradas pelo

meu mandato? A Secretaria de Desenvolvimento Econômico. também a Secretaria de Justiça e Cidadania, a Secretaria da Saúde, a Secretaria de Políticas para a Mulher e a Secretaria de Desenvolvimento Social. São essas secretarias que serão vinculadas, porque são secretarias, deputado, que já fazem parte dos PATs. Então nós

precisamos enfatizar e dar um protagonismo, inclusive, trazer à tona no estado de São Paulo, não só agui no estado de São Paulo, mas no nosso país inteiro, que é do trabalho doméstico e cuidados. Até porque cada um de nós aqui, quando vem trabalhar.

alguém fica em casa, não fica? Sua companheira fica em casa, deputado? Fica em casa, cuidando dos filhos, fica em casa organizando a casa. Essa mulher, ela faz um trabalho que é, muitas vezes, não remunerado, que é o trabalho do cuidado. Então, muitas vezes, as mulheres deixam a sua profissão

para se dedicar à família. Várias de nós, quando a sogra, ou o sogro, ou os pais ficam mais velhos, somos nós, as mulheres na sua grande maioria as mulheres negras - que param a sua vida profissional para cuidar desse ente guerido, ou para cuidar da casa, ou para cuidar do futuro dos nossos filhos, dos nossos

E somos nós que, no final do dia, no final da nossa vida, a gente para e a gente olha o seguinte: caramba, eu não paquei o meu INSS. Como que eu vou ser aposentada, vou pelo Loas? Eu vou ter algum direito trabalhista? E se eu adoecer do trabalho do cuidado? Quem vai cuidar de guem cuida?

Então, por isso que é fundamental que a gente olhe, que o estado de São Paulo seja pioneiro para colocar os PATs hoje, que são mais de duzentos e trinta. A gente está falando do estado de São Paulo, que são mais, somos 645 cidades. Nós

temos 200... São mais de 230 PATs. Ou seia, sabe, deputado Giannazi, ainda é ineficiente a quantidade de PATs para o número de cidades, de regiões aqui do estado de São Paulo. Então, é necessário enfatizar, cada vez mais, os trabalhos que estão sendo feitos no PAT, e que o PAT também sirva de um ponto de acolhimento, de um ponto de referência para as trabalhadoras domésticas.

Eu tenho um sonho, Eu tenho um sonho, sim, que nas estações de trem, de metrô, nos pontos de ônibus, na periferia, no centro de São Paulo, onde somos a grande maioria, não é, que tem aquele tempo. Nós temos o horário, deputado; nós temos o horário do nosso trabalho ali.

Então a gente chega muito cedo. Vai chegar umas sete e meia, seis e meia, sete horas, pode ver que está bem movimentado. É o horário de pico. A gente está dentro do metrô, a gente está dentro do ônibus, a gente está dentro do trem, chegando aqui no centro para fazer o nosso trabalho. Quando dá por volta de umas cinco e meia, nós comeca-

mos a sair, a voltar, então, novamente, lá vem o horário de pico, não é? Porque fica muito cheio, os trabalhadores voltando para a periferia. Então é necessário que a gente... Já imaginou se, do lado do metrô, do lado do trem, tivesse lá escrito: "procure seus direitos, casa da doméstica"? Você que é trabalhador doméstico, você que é trabalhadora doméstica. Porque as pessoas enxergam a trabalhadora doméstica e

o trabalhador doméstico como se fosse só aquela pessoa que vai lá limpar a casa. As pessoas não enxergam que aquela mulher que fica em casa, ela executa um trabalho doméstico e de cuidados, ela é quem cuida de tudo. Ela é quem cuida dos filhos, do marido, da casa, da organização, quem vai fazer as compras, como que vai ser feito, o que está faltando e o que não está faltando.

Quer saber o que falta e o que não falta dentro de casa? O que precisa ser organizado? Pergunte para a sua mulher, pergunte para a sua mãe. Nós vamos dar conta de tudo e Então o trabalho doméstico vai para além somente daquela

também que cuida da sua casa, cuida da sua família, cuida do futuro dos seus filhos. Então é necessário que o estado de São Paulo seja pioneiro e seja protagonista do espaço que é o nosso PL 584, que sanciona e garante direitos. Direitos esses que já existem nas secretarias que eu já falei aqui, que é a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a Secretaria de Justiça e Cidadania, a Secretaria da Saúde, a Secretaria de Políticas para a Mulher, a Secretaria

mulher que vai trabalhar na casa de família, mas é para aquela

órgãos que já trabalham com as mulheres. E nada mais justo, deputado - para falar do trabalho doméstico e de cuidados - do que uma trabalhadora doméstica também ocupando os PATs, também orientando essas mulheres. Porque, a partir dali, ouvindo a necessidade de cada uma, nós iremos construir uma política voltada para as trabalhadoras

de Desenvolvimento Social e, óbvio, paridade também com os

domésticas e de cuidados.

Então, muito obrigada, senhores e senhoras. O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Seguindo a lista, o próximo

orador, deputado Major Mecca. O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR -Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a todos que nos acompanham pela TV Alesp pelas redes sociais. Uma boa tarde aos nossos policiais militares e civis que estão aqui no plenário

Hoje, pela manhã, eu estive no Centro Médico da Polícia Militar, no HPM, no Hospital da Polícia Militar. Foi aniversário do Centro Médico, 131 anos daquela unidade. Eu não poderia deixar de me deslocar até o Hospital da Polícia Militar para parabenizar os policiais, os profissionais da saúde que lá desempenham as suas atividades.

São verdadeiros heróis, porque cuidar da saúde dos nossos policiais, com a situação precária que atravessa o Hospital da Polícia Militar, o sistema de saúde que foi abandonado e desconstruído pelos governos anteriores no estado de São Paulo não é para qualquer profissional. Então, eu fui levar os parabéns, apertar as mãos daqueles

mens, daquelas mulheres, daquele soldados, cabos e sargentos, dos oficiais médicos que atendem a toda a nossa tropa da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Eu digo a todos vocês: o sistema de saúde das polícias de São Paulo é falido, não existe, assim como acontece com a população. Se você entrar em qualquer hospital público, a população sofre por mau atendimento, por falta de leitos em todos os hospitais. No entanto, nós temos uma peculiaridade

que há de ser observada pelo governo, e foi observada pelo

governador Tarcísio de Freitas. Eu vou dizer a vocês por quê. Porque na segunda-feira, dia 18 de setembro. caiu na conta do Centro Médico uma emenda que eu aprovei aqui nesse plenário, com apoio de todos os deputados e de todas as bancadas desta Casa Legislativa, que eu agradeço a todos os deputados e todas as bancadas que permitiram a aprovação da minha emenda na Lei Orçamentária Anual, destinando 15 milhões para o HPM, e o dinheiro caiu

na conta do HPM na última segunda-feira, dia 18 de setembro. Muito obrigado, governador Tarcísio de Freitas; o secretário de governo, que esteve aqui essa semana, o Gilberto Kassab; o secretário da Fazenda, Samuel Kinoshita; o secretário da Segu-